

FMI: Brasil não terá privilégios.

FÁBIO PAHIM JR., DE BERLIM.

"Não haverá tratamento especial para o Brasil", afirmou ontem, em Berlim, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus. "Esperamos que as autoridades levem isto em conta e que consigam resolver os problemas domésticos".

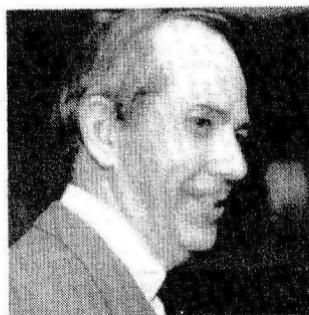
Este não foi o único recado de Camdessus a servir para o Brasil. As mudanças no FMI são extremamente lentas e só agora o diretor-gerente, que é o principal executivo da instituição, fala em perdão de dívidas, isto é, da expressão **debt relief**, que começa a aparecer com freqüência cada vez maior na imprensa internacional. Mas se o perdão é óbvio quando se trata dos países pobres, o mesmo não acontece com os países de renda média. Nesse caso, disse Camdessus, "são os bancos que devem tomar as decisões, e devem ver o que podem aportar para resolver os problemas desses países".

A entrevista de Camdessus trouxe, simultaneamente, as grandes linhas para a 43ª Assembléia Anual do FMI-Bird — cujas reuniões preparatórias começaram ontem, em Berlim Ocidental — e a reafirmação dos velhos pontos de vista e consensos da instituição.

1) O encontro de Berlim vai discutir mais o futuro do que o presente. Por exemplo, a integração da Comunidade Econômica Européia em 1992 interessa de perto às grandes nações industrializadas.

2) A pior solução para os pobres é a inexistência de ajustes, ou seja, de políticas de redução do déficit à eliminação da inflação. "Os pobres são os que mais sofrem com os desajustes", disse Camdessus.

3) Os países precisam trabalhar de for-



Camdessus: atuar melhor.

ma coordenada, para que as flutuações domésticas não prejudiquem os demais.

4) Para crescer mesmo com alto endividamento, os países de renda média, caso do Brasil, "devem atuar mais e melhor, levando em conta a evolução dos mercados e a evolução ideológica. Se o mercado permite, deve-se reduzir a dívida, dentro de um mix de políticas", afirmou Camdessus.

5) Até abril de 89, o FMI fará uma revisão de suas cotas e Camdessus espera ser possível elevar os recursos em 50%, o que, entretanto, não permitirá atender a todos os interessados. O diretor-gerente informou que anunciará novos programas do FMI ainda na 43ª assembléia.

Para o Brasil, o interesse maior estaria no encaminhamento da criação de uma agência internacional que permita a transformação das dívidas em títulos. Com a agência, os bancos poderiam transferir para os devedores o desconto com que os empréstimos já são negociados. O FMI pode contribuir para que essa agência saia da tese e passe para a realidade.

Os países em desenvolvimento que atuam nos mercados internacionais de crédito, reunidos no Grupo dos 24, ou G-24 (cujo **chairman** é o ministro brasileiro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que chega hoje a Berlim), já têm sua agenda preparada para a Assembléia FMI-Bird: 1) rejeitam o protecionismo (que, aliás, prejudica os países desenvolvidos); 2) são contra as baixas taxas de crescimento econômico a nível de desenvolvidos, em especial Alemanha e Japão; 3) são a favor de políticas que promovam o crescimento em paralelo aos ajustes econômicos; 4) temem novas elevações nas taxas internacionais de juros.